

**Tribunal de Justiça do  
Estado de Sergipe****Processo: 202040600884****Dados do Processo:**

<b>Número Único</b> 0033971-05.2020.8.25.0001	<b>Classe</b> Procedimento Comum Cível	<b>Processo Origem</b> --
<b>Tipo</b> Eletrônico	<b>Competência</b> Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	<b>Segredo</b> N (Não)
<b>Distribuição</b> 21/08/2020	<b>Impedimento/Suspeição</b> N (Não)	<b>Valor da Causa</b> --

**Status do Processo:**

<b>Situação</b>  JULGADO	<b>Data Julgamento</b>  05/04/2021	<b>Número da Caixa de Arquivamento</b>  --
<b>Fase</b> ARQUIVADO		

**Assuntos do Processo:**

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita

**Partes do Processo:**

<b>Tipo</b> Requerente	<b>Nome</b> LUCIENE VIEIRA DE ASSUNÇÃO	<b>Representantes e Filiação</b> <b>Representante(s) da Parte:</b> Advogado: EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR - 11154/SE
Requerido	SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	<b>Representante(s) da Parte:</b> Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Passe o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

**Movimentos do Processo:**

<b>Data</b> 20/05/2021 12:19:07	<b>Movimento</b> Arquivamento Definitivo	<b>Descrição</b> {Arquivamento >> Definitivo} (...) Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Custas Judiciais Finais Não Exigíveis	<b>Localização</b> Arquivo Eletrônico	<b>Diário de Justiça</b> Não
20/05/2021 12:18:24	Trânsito em Julgado	{Trânsito em julgado} Em, 30/04/2021	Secretaria	Não

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
05/04/2021 11:28:33	Julgamento	{Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Extinção da Punibilidade >> Prescrição} Forte em tais argumentos, merece acolhimento a prejudicial de mérito de prescrição. Isto posto, extingo o presente feito com resolução de mérito por acolhimento da prejudicial de prescrição arguida pela seguradora reclamada, com fulcro no art. 487, inciso II, do CPC. Verificando o princípio da causalidade, condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa, observando o que dispõe o art. 85, §4º, III, do CPC/15. Esses valores só poderão ser cobrados se houver comprovação da modificação no estado econômico do vencido no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado dessa decisão, nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Aracaju/SE, 5 de abril de 2021.	Secretaria	06/04/2021
18/03/2021 10:13:41	Conclusão	{Conclusão}	Juiz	Não
18/03/2021 10:13:09	Certidão	Certifico que, decorreu o prazo de 15 dias sem que a parte autora apresentasse réplica.	Secretaria	Não
18/03/2021 10:12:22	Certidão	Certifico que, a contestação foi apresentada, tempestivamente, dia 12/09/2020.	Secretaria	Não
14/09/2020 08:15:53	Ato Ordinatório	{Ato Ordinatório} Manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).	Secretaria	15/09/2020
14/09/2020 08:13:15	Juntada	{Juntada >> Petição} Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200912130800357 às 13:08 em 12/09/2020.	Secretaria	Não
28/08/2020 13:16:10	Outras Informações	Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 28/08/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 26/08/2020, às 12:25:50.	Secretaria	Não
26/08/2020 12:25:50	Citação Eletrônica	Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. [...][Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências: 1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. [...] 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). 4. As partes deverão informar, a Autora no prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.[...]	Secretaria	27/08/2020

Disque TJ/SE: 0800.079.0008

Opção (4) Consulta processual – para acompanhar o andamento do seu processo;

Opção (5) Ouvidoria – para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

Explicações sobre a Consulta Processual